



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**MAGNNA GERLANY D'LIMA SERAFIM**

**A PARTICIPAÇÃO DO NÚCLEO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL DA UEPB NO  
PROCESSO DE INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO  
SUPERIOR**

**CAMPINA GRANDE – PB  
FEVEREIRO – 2018**

**MAGNNA GERLANY D'LIMA SERAFIM**

**A PARTICIPAÇÃO DO NÚCLEO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL DA UEPB NO  
PROCESSO DE INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO  
SUPERIOR**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Departamento de  
Educação de Pedagogia da Universidade  
Estadual da Paraíba – UEPB, em  
cumprimento à exigência para obtenção  
do grau de graduada.

**Orientador:** Prof. Dr. Eduardo Gomes Onofre

**CAMPINA GRANDE – PB**

**FEVEREIRO – 2018**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S481p Serafim, Magnna Gerlany D Lima.

A participação do Núcleo de Educação Especial da UEPB no processo de inclusão de alunos com deficiência no ensino superior [manuscrito] : / Magnna Gerlany D Lima Serafim. - 2018.

28 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2018.

"Orientação : Prof. Dr. Eduardo Gomes Onofre, Coordenação do Curso de Pedagogia - CEDUC."

1. Educação Especial. 2. Inclusão no Ensino Superior. 3. Necessidades Educacionais Especiais. 4. Núcleo de Educação Especial da UEPB.

21. ed. CDD 371.9

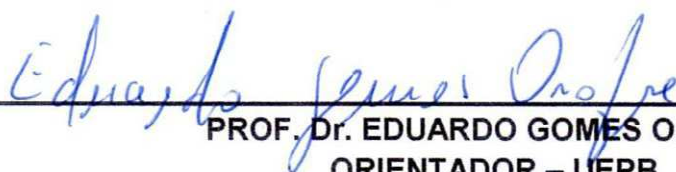
**MAGNNA GERLANY D'LIMA SERAFIM**

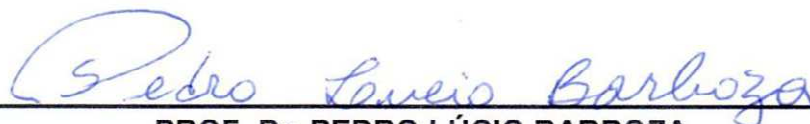
**A PARTICIPAÇÃO DO NÚCLEO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL DA UEPB NO  
PROCESSO DE INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO  
SUPERIOR**


Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Educação de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de graduada.

APROVADA EM: 27 / 02 / 2018

**BANCA EXAMINADORA**

  
\_\_\_\_\_  
PROF. Dr. EDUARDO GOMES ONOFRE  
ORIENTADOR – UEPB

  
\_\_\_\_\_  
PROF. Dr. PEDRO LÚCIO BARBOZA  
EXAMINADOR – UEPB

  
\_\_\_\_\_  
PROF. ESP. KLEDSON DE ALBUQUERQUE ALVES  
EXAMINADOR – UEPB

Dedico este trabalho aos meus pais,  
Milton Serafim da Silva e Maria das Neves  
de Lima, que me incentivaram, ajudaram  
e reergueram no momento em que eu não  
acreditava mais. Muito obrigada por tudo!  
A vocês todo o meu amor!

## AGRADECIMENTOS

A Deus, primeiramente, pela força que me concedeu durante o meu percurso acadêmico.

Aos meus pais, *Milton Serafim da Silva* e *Maria das Neves de Lima*, por todo apoio e amor que me concederam.

Aos meus filhos, *Eudson Milton D'Lima Souza* e *Lara Luiza D'Lima Alves*, pelo entendimento e paciência na minha ausência.

Ao meu esposo *Daniel de Lima Alves*, pela compreensão.

À minha irmã *Magnólyya Germana*, às minhas sobrinhas *Ana Karolina* e *Melinda* e a toda minha *família*, que nunca deixou de acreditar em mim.

À minha madrinha *Celeste Ferreira*, que ficou com minha filha, dando-me suporte para que eu concluísse o TCC.

Aos meus *amigos*, que me mostraram a vida como ela é.

A *Pedro Lúcio Barboza* e *Kledson de Albuquerque Alves*, por fazerem parte da minha banca examinadora.

Ao meu orientador e amigo *Eduardo Gomes Onofre*, que sempre me orientou durante a minha vida acadêmica, desde quando eu era sua aluna, depois monitora do NEDESP, por nossos estágios, nossos congressos, viagens até agora na conclusão do meu TCC. Muito obrigada por acreditar em mim! Você tornou-se uma pessoa muito importante na minha vida. Grata por tudo!

## RESUMO

O Núcleo de Educação Especial da Universidade Estadual da Paraíba (UNEDESP) presta serviços especializados que colaboram para o aprendizado do aluno com necessidades educacionais, oferecendo suporte para que o mesmo possa, através dos materiais disponibilizados, concluir suas atividades acadêmicas. O atendimento especializado para alunos portadores de necessidades educacionais especiais ocorre por meio de recursos capazes de possibilitar o conhecimento, abrangendo as necessidades educativas especiais de cada educando. O presente trabalho em como objetivo investigar a intervenção do Núcleo de Educação Especial da UEPB no processo de inclusão de educandos com deficiência no ensino superior. A abordagem da pesquisa foi qualitativa, utilizando como instrumento metodológico a coleta de dados, uma entrevista semiestruturada. Participou dessa pesquisa o servidor do Núcleo de Educação Especial, o qual comprovou a necessidade de solicitação para o aumento da demanda de materiais disponíveis para o Núcleo, para a garantia da prática pedagógica dos discentes usuários do mesmo. Esse estudo aponta para as necessidades educacionais especiais no ensino superior e a intervenção do Núcleo sobre a mesma para, a partir deste trabalho desenvolvido pelo Núcleo, podermos ressaltar subsídios mantenedores do aprendizado do estudante portador de necessidades educacionais especiais.

**Palavras-chave:** Educação Especial; Inclusão no ensino superior; Necessidades educacionais especiais.

## ABSTRACT

The Special Education Center of the State University of Paraíba (UNEDESP) provides specialized services that collaborate to learn the student with educational needs, offering support so that the student can, through the materials available, complete their academic activities. The specialized service for students with special needs occurs through resources capable of providing knowledge, covering the special educational needs of each student. The present work aims to investigate the intervention of the Special Education Unit of the UEPB in the process of inclusion of students with disabilities in higher education. The research approach was qualitative, using as a methodological tool the data collection, a semi-structured interview. Participated in this research the server of the Nucleus of Special Education, which proved the need to request to increase the demand for materials available to the Nucleus, to guarantee the pedagogical practice of the students who use it. This study points to the special educational needs in higher education and the intervention of the Nucleus about it so that, from this work developed by the Nucleus, we can highlight the sustaining subsidies of the student with special needs.

**Keywords:** Special Education; Inclusion in higher education; Special educational needs.



## LISTA DE IMAGENS

|   |    |
|---|----|
| Imagem 01 – Livros didáticos e livro em áudio .....                                     | 22 |
| Imagem 02 – Jogos educativos .....  | 23 |
| Imagem 03 – Reglete e punção .....  | 23 |
| Imagem 04 – Sorobã .....  | 24 |
| Imagem 05 – Lupa .....  | 25 |
| Imagem 06 – Microcomputador, sintetizador de voz, scanner de mesa e<br>impressora ..... | 25 |

## **LISTA DE SIGLAS**

**AEE** – Atendimento Educacional Especializado

**ENEM** – Exame Nacional do Ensino Médio

**LDB** – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

**MEC** – Ministério da Educação

**NEDESP** – Núcleo de Educação Especial

**PB** – Paraíba

**TCC** – Trabalho de Conclusão de Curso

**UEPB** – Universidade Estadual da Paraíba

**UFCG** – Universidade Federal de Campina Grande

**UFRJ** – Universidade Federal do Rio de Janeiro

## SUMÁRIO

|  |    |
|--|----|
| <b>INTRODUÇÃO</b>  | 10 |
| <b>1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b>   | 11 |
| 1.1 A inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior: formação profissional  | 11 |
| 1.2 Educação inclusiva: uma breve discussão  | 12 |
| 1.3 A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBN e o Estatuto da Pessoa com Deficiência nas trilhas da educação especial na perspectiva inclusiva | 14 |
| <b>2 METODOLOGIA</b>   | 16 |
| 2.1 Tipo de pesquisa   | 16 |
| 2.2 Instrumento da pesquisa  | 16 |
| 2.3 Participantes da pesquisa  | 16 |
| <b>3 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS COLETADOS</b>  | 17 |
| 3.1 O trabalho desenvolvido pelo NEDESP  | 17 |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>  | 25 |
| <b>REFERÊNCIAS</b>   | 27 |
| <b>APÊNDICE</b>  | 28 |

## INTRODUÇÃO

No presente trabalho, discutiremos acerca da intervenção do Núcleo de Educação Especial da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) no processo de inclusão de alunos com deficiência no ensino superior. Assim, refletiremos sobre a importância deste tema para a educação atual. O motivo para a investigação dessa temática foi o fato da autora deste estudo ter feito parte do Núcleo de Educação Especial (NEDEPS) como monitora durante os anos de curso universitário, com mediação e orientação do Professor Dr. Eduardo Gomes Onofre, além de estágios e pesquisa de campo na área da educação especial.

Dessa forma, surgiu a vontade de expressar um olhar voltado para as necessidades educacionais especiais que alunos com uma deficiência venha a apresentar e as ações inclusivas que o NEDESP desempenha no ensino superior. Podemos ressaltar a importância do NEDESP na vida acadêmica dos discentes com necessidade educacional especial, bem como outros estudantes que também participam deste espaço desenvolvendo diversas atividades acadêmicas, tais como: estágio, projeto de extensão e/ou de pesquisa, monitoria e grupo de estudos.

O problema exposto neste trabalho é a investigação sobre a intervenção do NEDESP no processo de inclusão dos estudantes com deficiência no ensino superior, objetivando identificar o número de discentes, com deficiência, matriculados na UEPB que participam do NEDESP, detectando o trabalho desenvolvido e refletindo sobre o processo de inclusão dos alunos com deficiência nesta universidade.

A metodologia foi desenvolvida através de uma pesquisa qualitativa por meio de um roteiro de entrevista com um servidor do NEDESP, com a finalidade de compreendermos as ações desenvolvidas pelo referido núcleo, além de uma revisão bibliográfica que subsidiou e acrescentou os conhecimentos existentes.

## 1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 1.1 A inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior: formação profissional

A necessidade de viabilização da inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais no ensino superior colabora para o estabelecimento de ações que possam integrar o programa de inclusão na universidade. Entretanto, notamos a falta de investimento através de verbas específicas para contemplar as necessidades de adaptações humanas e físicas no ambiente universitário, bem como qualificações dos docentes de ensino superior para a melhoria e adaptação do trabalho desenvolvido. No mais, é necessária a reelaboração dos currículos do ensino superior, a fim de preparar adequadamente os profissionais que irão trabalhar com o portador de necessidades educacionais especiais. Assim sendo,

Atualmente, existe a necessidade de viabilizar o acesso e a permanência dessas pessoas no ensino superior, de formar adequadamente o profissional e proporcionar a superação de barreiras de quaisquer tipos, porque, em relação à legislação, o Brasil tem alcançado avanços consideráveis. É por isso a importância do apoio prestado a esses alunos para que superem as dificuldades acadêmicas e pessoais e participem ativamente da construção de sua autonomia e do seu saber profissional (JESUS *et al.* Apud MIRANDA, 2009, p. 121).

No que se refere ao processo de inclusão dos alunos com deficiência no ensino superior, observamos a necessidade de acessibilidade, contemplando mudanças nas edificações, no espaço, no mobiliário e nos equipamentos. Tais mudanças precisam permear maiores espaços para atender a necessidade de grupos desfavorecidos, a fim de constituir uma sociedade democrática na qual os direitos sociais das pessoas com deficiência possam ser respeitados.

O Ministério da Educação explicita que o Programa de Acessibilidade na Educação Superior (Incluir) propõe ações que garantem o acesso pleno de pessoas com deficiência às Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). O Incluir tem como principal objetivo fomentar a criação e a consolidação de núcleos de acessibilidade nas IFES, as quais respondem pela organização de ações institucionais que garantem a integração de pessoas com deficiência à vida

acadêmica, eliminando barreiras comportamentais, pedagógicas, arquitetônicas e de comunicação (BRASIL, 2013).

A Constituição do Brasil, por sua vez, garante às pessoas com necessidades educacionais especiais o direito à educação de qualidade no ensino regular e em instituições públicas de ensino. Formar professores para atender a demanda oferecida pela universidade é um desafio e, ao mesmo tempo, uma necessidade de cunho obrigatório regido por leis capazes de assegurar o Programa de Prevenção e Atendimento Especializado para as Pessoas com Deficiência Física, Sensorial ou Mental.

Considerando que todos são iguais perante a lei, devemos fazer cumprir esta legislação, a fim de assegurarmos uma melhor formação na educação superior e também para que o aluno com necessidades educacionais especiais que precisa de acompanhamento especializado consiga acompanhar/permanecer todo o curso sem ser prejudicado por falta de formação profissional.

## **1.2 Educação inclusiva: uma breve discussão**

Nos dias atuais, um novo modelo de escola que oferece acesso a todos os alunos, utilizando procedimentos de identificação e remoção das barreiras para a aprendizagem recebe o nome de *Educação inclusiva*. Compreendemos que

Para tornar-se inclusiva a escola precisa formar seus professores e equipe de gestão, e rever as formas de interação vigentes entre todos os segmentos que a compõem e que nela interferem. Precisa realimentar sua estrutura, organização, seu projeto político-pedagógico e estratégias de ensino, bem como suas práticas avaliativas (GLAT, 2007, p. 16).

A educação inclusiva é um processo que leva o aluno com necessidades educacionais especiais para a escola regular, adaptando-o para poder usufruir do processo educacional. Para tanto, diversas condições são imprescindíveis para que os alunos, de fato, sintam-se incluídos na instituição de ensino.

Nesse sentido, o trabalho de Ainscow (2004) é útil assinalar que a inclusão escolar pressupõe três elementos básicos: a) a presença, o que significa estar na escola, superando o isolamento do ambiente privado e inserindo o indivíduo num espaço público de socialização e aprendizagem; b) a participação, que depende, no entanto, do oferecimento das condições necessárias para que o aluno realmente possa interagir plenamente nas

atividades escolares; c) a construção de conhecimentos, sem a qual pouco adianta os outros dois aspectos anteriores. (GLAT, 2007, p. 33).

A proposta de inclusão escolar é favorecer o aprendizado de alunos com necessidades educacionais especiais, garantindo a acessibilidade destes às adaptações curriculares e pedagógicas. Assim sendo, quando houver aluno com necessidades educacionais especiais em sala de aula, o método utilizado pelo professor não deverá ser por igual, pois há a necessidade de uma adequação à deficiência do educando para este não se sentir excluído, gerando, dessa forma, um conhecimento significativo para o estudante conseguir compreender as atividades propostas. Nessa perspectiva, uma escola inclusiva:

[...] é aquela que concebe e põe em prática um currículo que tenha como princípio o compromisso com a sólida formação integral do aluno, oferecendo-lhe instrumentos que lhe sirvam para proceder à análise e à reflexão crítica acerca da realidade em que se insere, contribuindo para a superação de desigualdades sociais. É nessa escola que educadores comprometidos acreditam (FERNANDES, 2006 *apud* CARSTEN, 2011, p. 17).

Em relação ao atendimento escolar especial aos alunos com uma deficiência, esta prática teve seu início no dia 12 de setembro de 1854, quando D. Pedro II através de um decreto imperial fundou na cidade do Rio de Janeiro o primeiro instituto que atendia pessoas com deficiência visual, sendo assim chamado Imperial Instituto dos Meninos Cegos. Este, mais tarde, passou a chamar-se de Instituto Benjamin Constant (IBC), em homenagem ao atuante ex-professor de Matemática e ex-diretor. No ano de 1857, D. Pedro II fundou também no Rio de Janeiro o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos que, cem anos após a sua fundação, passou a denominar-se Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES).

Na primeira metade do século XX, portanto, até 1950, havia quarenta estabelecimentos de ensino regular mantidos pelo poder público, sendo um federal e os demais estaduais, que prestavam algum tipo de atendimento escolar especial a deficientes mentais. Ainda, catorze estabelecimentos de ensino regular, dos quais um federal, nove estaduais e quatro particulares, atendiam também alunos com outras deficiências (MAZZOTTA, 2011, p. 31).

Na contemporaneidade, a Educação Especial encontra-se também em processo de ressignificação de seu papel, com o intuito de importar métodos e técnicas especializados para a classe regular, para que possa promover um suporte

à aprendizagem dos alunos com deficiência ou outras características diferenciadas de desenvolvimento. No ano de 1948, a Organização das Nações Unidas para a Educação (UNESCO) lançou a Declaração dos Direitos Humanos:

Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole, apresente declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação (UNIC/RIO, 2009, p. 6).

Quanto aos direitos das pessoas portadoras de deficiências, a Constituição Brasileira de 1988 traz a primeira carta magna que enfatiza em seu corpo a tutela da pessoa com deficiência:

Art. 227 do § 1º II – Criação de programa de prevenção e atendimento especializado para os portadores de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente. Portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilidade de acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos (BRASIL, 1988, p. 162).

### **1.3 A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBN e o Estatuto da Pessoa com Deficiência nas trilhas da educação especial na perspectiva inclusiva**

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional (LDB) nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, no seu capítulo V, sobre a educação especial, aborda que:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§ 1º. Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na clientela de educação especial.

§ 2º. O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º. A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

1 – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades.



Já o Estatuto da Pessoa com Deficiência diz ressalta que:

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizados ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Parágrafo Único. É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação.

Art. 30. Nos processos seletivos para ingresso e permanência nos cursos oferecidos pelas instituições de ensino superior e de educação profissional e tecnológica, públicas e privadas, devem ser adotadas as seguintes medidas:

I – Atendimento preferencial à pessoa com deficiência nas dependências das Instituições de Ensino Superior (IES) e nos serviços;

II – Disponibilização de formulário de inscrição de exames com campos específicos para que o candidato com deficiência informe os recursos de acessibilidade e de tecnologia assistiva necessários para sua participação;

III – Disponibilização de provas em formatos acessíveis para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência;

IV – Disponibilização de recursos de acessibilidade e de tecnologia assistiva adequados, previamente solicitados e escolhidos pelo candidato com deficiência;

V – Dilação de tempo, conforme demanda apresentada pelo candidato com deficiência, tanto na realização de exame para seleção quanto nas atividades acadêmicas, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade;

VI – Adoção de critérios de avaliação das provas escritas, discursivas ou de redação que considerem a singularidade linguística da pessoa com deficiência, no domínio da modalidade escrita da língua portuguesa;

VII – Tradução completa do edital e de suas retificações em Libras.

Diante destas diretrizes, entendemos que o NEDESP é um serviço especializado que integra alunos com deficiência, disponibilizando recursos capazes de integrar a sua aprendizagem. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº. 4.024/61, reafirma o direito dos excepcionais à educação, indicando em seu artigo 88 que, para integrá-los na comunidade, sua educação deverá, dentro do possível, enquadrar-se no sistema geral de educação. No artigo 89 desta mesma lei, há o compromisso explícito dos poderes públicos de dispensar “tratamentos especial mediante bolsas de estudo, empréstimos e subvenções” a toda iniciativa privada, relativa à educação de excepcionais, considerada eficiente pelos conselhos estaduais de Educação. Como vemos, existem diversas leis que asseguram o direito das pessoas portadoras de deficiências a serem incluídas em um espaço educacional de qualidade.

## **2 METODOLOGIA**

### **2.1 Tipo de pesquisa**

Para Gil (2002), a pesquisa qualitativa é um procedimento pragmático, onde seus métodos são diretos e possuem uma relevante eficiência na construção do conhecimento:

Pode-se definir como o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa é requerida quando não se dispõe de informação suficiente para responder ao problema, ou então quando a informação disponível se encontra em tal estado de desordem que não possa ser adequadamente relacionada ao problema (GIL, 2002, p. 17).

A pesquisa qualitativa foi utilizada com objetivo de promover a interação entre a teoria e a prática, utilizando como fonte para coleta de dados o servidor do Núcleo de Educação Especial, que contribuiu de forma direta para a realização deste trabalho.

### **2.2 Instrumento da pesquisa**

Para a realização deste estudo acadêmico foi utilizada a entrevista semiestruturada, focando sobre o assunto proposto pelo tema através do registro de áudio, que possibilitou uma maior interação entre o entrevistado e a entrevistadora. A entrevista (apêndice) feita com o servidor do Núcleo foi dividida em duas partes, a saber: a primeira enfatizou dados pessoais e a segunda, sobre o funcionamento do NEDESP.

### **2.3 Participantes da pesquisa**

Foi entrevistado um servidor, com cegueira congênita, concursado da UEPB, e que reside em Campina Grande, o qual trabalha há cinco anos no Núcleo de Educação Especial na UEPB.

### 3 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS

#### 3.1 O trabalho desenvolvido pelo NEDESP

O Núcleo de Educação Especial da UEPB foi fundado através do professor Eduardo Gomes Onofre a partir de um projeto chamado RETIDE, o qual teve como objetivo manter ao educador uma dedicação exclusiva, ou seja, este tinha por obrigação a trabalhar apenas na universidade. No ano de 2003, o projeto mencionado foi aprovado, proporcionando o início e a abertura do NEDESP, tendo como público-alvo quatro alunos cegos de cursos diversos e uma aluna surda, graduanda do curso de Estatística. A autora do presente estudo foi uma das precursoras do NEDESP, atuando como monitora de educandos cegos na UEPB.

O Núcleo em questão consiste em um serviço de apoio e assistência aos alunos com necessidades educacionais especiais, tanto da graduação como da pós-graduação. Atualmente, só está atendendo a aluno de graduação, não somente com necessidades educacionais especiais, mas sim que trabalham com pesquisa, extensão ou trabalhos relacionados à educação especial na perspectiva inclusiva.

Uma das ações desenvolvidas pelo NEDESP é a impressão de material em braile, que atende a pessoas com deficiência visual da UEPB, da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), do Instituto dos Cegos e alunos de escolas que necessitem deste material. O NEDESP está em parceria com um projeto de extensão da UFCG, ligado a escolas públicas, onde imprimem mapas e questões do Exame do Ensino Médio (ENEM), cartilhas, dentre outros materiais em braile e repassa para a UFCG, a fim de serem repassados para as escolas públicas que necessitem desse material.

Dentre os trabalhos desenvolvidos pelo Núcleo, podemos destacar os grupos de pesquisa, estudos e mestrado em que participam alunos de graduação e de programas de pós-graduação *Lato* e *Stricto Sensu* da UEPB. Os referidos alunos são acompanhados pelo professor Dr. Eduardo Gomes Onofre. Tais grupos têm como finalidade atingir o objetivo desejado através de estudos, pesquisa e apresentação em congressos e/ou seminários, minicursos, oficinas bem como as reuniões que são feitas a cada quinze dias para acompanhamento deste projeto.

Neste momento, o NEDESP disponibiliza de alguns livros acadêmicos, um scanner de mesa, jogos pedagógicos, projetos de extensão, reglete para oficinas e

minicursos, sorobans, acessibilidade em braille, constituição, dentre outros materiais didáticos e pedagógicos. Atualmente, a UEPB tem, especificamente em Campina Grande, cerca de seis a oito alunos com deficiência; no curso de Jornalismo, temos dois alunos com deficiência visual e um com deficiência física; em Geografia, um com deficiência física; em Letras, há também outro aluno com deficiência física; em História, uma aluna com baixa visão; em Pedagogia, uma aluna com deficiência visual, dentre outras necessidades educacionais especiais.

O programa de tutoria especial da UEPB que o NEDESP apoia já existe há vários anos, é um programa permanente da UEPB. Já foi administrado pela Pró-Reitoria de Extensão, hoje é dirigido pela Pró-Reitoria Estudantil. Foi uma Resolução criada em 2006, da CONSEP. É um programa que apoia alunos com necessidades educacionais especiais para oferecer um auxílio pedagógico nas práticas de leitura e escrita, com pessoas com deficiência física, deficiência visual ou intelectual, ou seja, dar apoio pedagógico ao aluno com necessidades educacionais especiais na leitura, na escrita ou em prova oral, enfim, em alguma atividade de linguagem.

Esse aluno tem uma carga horária mínima de doze horas semanais. O programa deve apoiar o discente, preferencialmente deve ser um educando da sala da pessoa com necessidades educacionais especiais do mesmo turno. Apresenta-se como um programa muito importante de apoio pedagógico, de inclusão, disponibilizado pela UEPB para esses alunos com necessidades educacionais especiais. Outra observação pertinente é o fato de ele ser direcionado mais para educandos de graduação. Vale informar que não se oferece ainda esse suporte aos estudantes de pós-graduação.

O núcleo apoia os tutores e o processo seletivo é feito na Pró-Reitoria Estudantil. No momento em que o núcleo verifica a presença de aluno com necessidades educacionais especiais, é solicitada da Pró-Reitoria Estudantil uma publicação de um edital, porque este documento deve ser público para que o educando tenha direito a esse apoio especial. Já o estudante tutor tem direito a uma bolsa estudantil mensal e, no final do programa, recebe um certificado que serve como um apoio de extensão.

O trabalho dos intérpretes com os alunos surdos que a UEPB disponibiliza é muito interessante, pois é um apoio pedagógico. Os intérpretes passam por uma seleção para entrar na UEPB. Eles são funcionários não efetivos, porque o cargo ainda não é regulamentado; são cargos temporários, contratados para necessidade

de um surdo. Quando ele matricula-se na UEPB, deve informar a necessidade de um intérprete permanente para si naquele curso. No momento há três intérpretes apoiando os alunos de Educação Física, Química Industrial e Biologia (ano 2017.1)

O nome do Projeto de Extensão é “Desenhando linhas inclusivas”. Este projeto, que era do PROPEX, hoje não está mais na Pró-Reitoria de Extensão. Não há bolsas para ele, porque em 2016 houve uma seleção, e por vários anos não havia alunos bolsistas apoiando educandos com necessidades educacionais especiais, fossem estudantes da UEPB ou não.

O objetivo é apoiar alunos com necessidades educacionais especiais, sendo eles da UEPB ou não, ou de escolas regulares de ensino, apoio pedagógico e reforço, oficinas, minicursos. Foi realizado com professores das salas de AEE um curso com braille, jogos matemáticos para o professor saber trabalhar com o aluno com deficiência visual na escola regular. Foi um curso publicado no site da UEPB, mas o público foi baixíssimo.

Já houve a apresentação de dois Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) em relação ao núcleo: um foi de História e este desenvolvido pela autora do presente estudo. Houve curso braille para turmas específicas em 2016/2017, o qual não teve continuidade por falta de horário dos professores. Em 2017, só ocorreu em um dia e os alunos não vieram mais. A maior abrangência desse curso foi em 2016, período em que participaram do curso aproximadamente vinte educandos.

No ato da matrícula, os alunos devem declarar as suas necessidades educacionais especiais para que sejam tomadas as medidas adequadas a sua permanência na graduação, a fim de criar condições capazes de possibilitar a aprendizagem e participação na vida acadêmica superior. Vale informar que o artigo 2º da Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000, definiu acessibilidade como:

[...] possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Notamos que parte do prédio da UEPB foi construída após a vigência das normas atuais sobre acessibilidade. Já a outra parte restante recebia poucos reparos, contendo poucas adaptações arquitetônicas nesta instituição de ensino. As

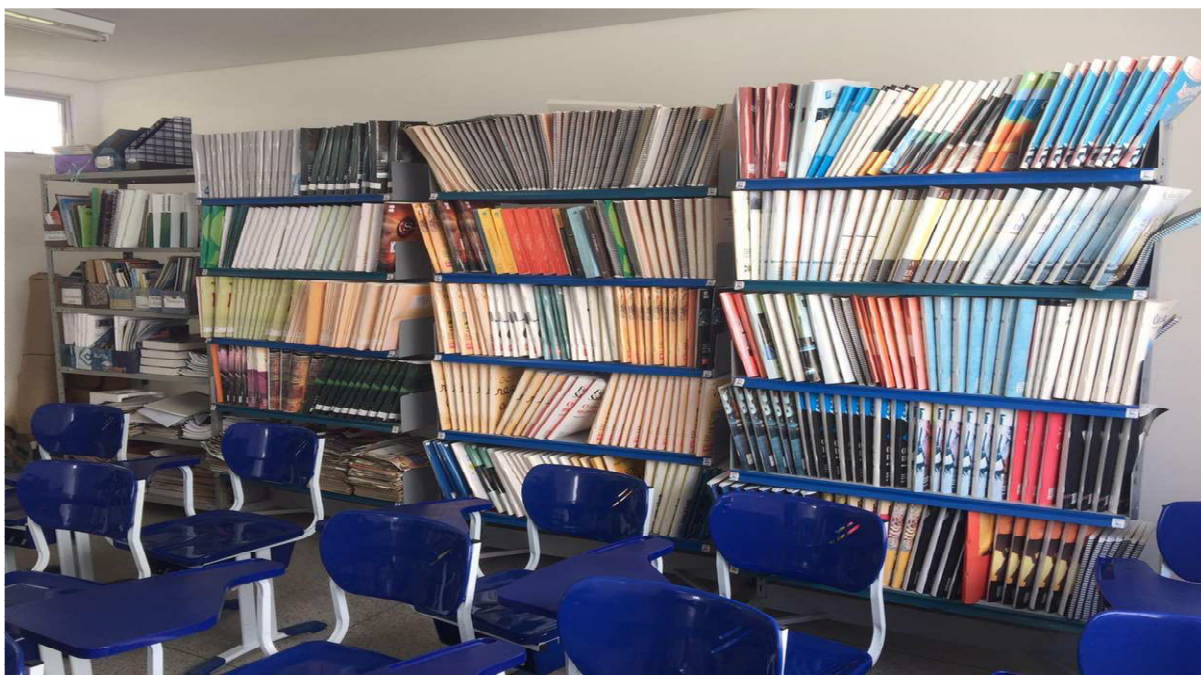
transformações no ensino superior levam à necessidade de uma nova reforma universitária:

[...] impedir a mercantilização do ensino superior, buscando criar mecanismos para garantir a qualidade e democratizar o acesso com políticas de inclusão social (...) e fortalecer o vínculo para a consolidação de um país democrático e inclusivo (BRASIL, 2005, p. 1).

Essa afirmação evidencia a mudança operada nos objetivos educacionais, tratando de um novo desafio para o ensino superior, estabelecendo os seus objetivos e posicionando-se a respeito das condições e necessidades inerentes à formação. De acordo com Sasaki (1997, p. 41), a inclusão pode ser compreendida como “um processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades educacionais especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade”.

O ensino superior, no geral, não reúne condições para que o aluno com necessidades educacionais especiais usufrua de equipamentos necessários para o acompanhamento e desenvolvimento no seu curso. Para isto, o NEDESP tem um acervo de materiais auxiliares na aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais, como livros didáticos, livros em áudio e jogos pedagógicos.

### **Imagem 01 – Livro didático e livro em áudio**



**Fonte –** Arquivos de pesquisa

### Imagem 02 – Jogos pedagógicos



Fonte – Arquivos de pesquisa

Há uma ampla utilização e adaptação do livro didático no ensino superior para oferecer suporte teórico para a transcrição braille e elaboração de livros especiais para cegos. O livro em áudio é o livro gravado em fitas cassete, o qual tem vasto uso no Brasil, constituindo um eficiente recurso didático no ensino superior. E há ainda a aquisição de jogos educativos que viabilizam formas de trabalho através do lúdico para alunos com necessidades educacionais especiais da UEPB.

### Imagem 03 – Reglete e punção



Fonte – Arquivos de pesquisa

A reglete é uma régua de madeira, metal ou plástico, com um conjunto de celas braile dispostas em linhas horizontais sobre uma base plana. O punção é um instrumento no formato de pera, com ponta metálica, utilizado para a perfuração dos pontos na cela braile. O movimento de perfuração deve ser realizado da direita para a esquerda para produzir a escrita em relevo de forma não espalhada. Já a leitura é realizada da esquerda para a direita.

**Imagem 04 – Sorobã**



**Fonte –** Arquivos de pesquisa

O sorobã, por sua vez, é um instrumento utilizado para trabalhar cálculos e operações matemáticas, apresenta-se como uma espécie de ábaco que contém cinco contas em cada eixo e borracha compressora para deixar as contas fixas.



**Imagem 05 – Lupa**



**Fonte** – Arquivos de pesquisa

Já as lupas são recursos auxiliares para alunos com baixa visão, que incorporam facilidade para a leitura e escrita.

**Imagem 06 – Microcomputador, sintetizador de voz, scanner de mesa e impressora**



**Fonte** – Arquivos de pesquisa

Quanto ao microcomputador, este aparece como um equipamento que amplia recursos na área de educação especial, podendo ser operado normalmente por pessoas cegas através do sistema DOSVOX, o qual é um sintetizador de voz da língua portuguesa desenvolvido pelo Núcleo de Computação Eletrônica da UFRJ, permitindo a leitura de informações exibidas em um monitor. Contém um conjunto de ferramentas e aplicativos próprios, além de agenda, chat e jogos interativos.

O scanner de mesa transfere textos impressos para os microcomputadores (via scanner), alcançando uma ampla utilização entre os estudantes deficientes da visão. A impressora elétrica em braile imprime material interpontado e desenhos para a utilização e manuseio, ampliando a produção braile. Tais aparelhos representam um ganho qualitativo e quantitativo no que se refere à produção em termos de velocidade, eficiência, desempenho e sofisticação para acadêmicos da UEPB usuários do NEDESP.

Com base nos materiais expostos nas imagens 0, 02, 03, 04, 05 e 06, vemos a necessidade de formação dos docentes, estruturas e serviços existentes para atender a diferentes demandas vivenciadas no ensino superior. Diante disto, faz-se necessário o seguinte questionamento: É possível a inclusão de alunos cegos, deficientes físicos, com dificuldade de aprendizagem, surdos e outros no ensino superior? Não há como negar que precisamos de muitos recursos e alternativas, no entanto, precisamos repensar numa política voltada para a educação especial, baseada nas reformulações necessárias e atendendo às diferentes demandas no ensino superior.

De acordo com a fala do entrevistado da UEPB, observamos que o trabalho desenvolvido pelo NEDESP é de fundamental importância para os alunos ingressos no ensino superior, pois o núcleo mapeia e inclui estudantes com deficiência conforme suas necessidades educacionais especiais, oferecendo suporte para as suas atividades e disponibilizando recursos para assim conseguirem concluir sua vida acadêmica com o apoio necessário.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das informações obtidas nesta pesquisa, podemos ressaltar a importância do Núcleo de Educação Especial (NEDESP) para a vida acadêmica de alunos com necessidades educacionais especiais que necessitam estar incluídos no ensino superior. Além disso, o NEDESP também serve de apoio a educandos indiretamente apoiados pelas ações do nosso Núcleo para conseguir ser incluídos em escolas regulares e poderem acompanhar as atividades propostas pelos professores em sala de aula através dos materiais disponibilizados pelo Núcleo. A presença de pessoas com necessidades educacionais especiais no ensino superior é um novo desafio, pois é necessária a inclusão, a contribuição e a formação de todos para lidar com as necessidades específicas de cada educando. Nesse contexto,

A escola pública, criada a partir dos ideais da Revolução Francesa como veículo de inclusão e ascensão social, vem sendo em nosso país inexoravelmente um espaço de exclusão – não só de deficientes, mas de todos aqueles que não se enquadram dentro do padrão imaginário do aluno “normal”. As classes especiais, por sua vez, se tornaram verdadeiros depósitos de todos aqueles que, por uma razão ou outra, não se enquadram no sistema escolar (GLAT, 2007, p. 18).

Por muito tempo, acreditou-se que o processo de ensino-aprendizagem era “normal” para todos os “saudáveis”, e todos aqueles com algum tipo de dificuldade, distúrbio ou deficiência eram considerados “anormais”, eufemismo referente aos “alunos especiais” no sistema regular de ensino. Com isso, a própria LDB reconhece a importância deste aspecto como pré-requisito para a inclusão ao estabelecer em seu artigo 59:

Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

[...]

III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns.

O Núcleo de Educação Especial (NEDESP) desenvolve um atendimento especializado junto a outras instituições parceiras com a UEPB. Um cenário onde as pessoas com deficiência podem procurar ajuda, algo fundamental para a intervenção

do NEDESP no ensino superior, pois o mesmo oferece equipamentos necessários para acompanhar o desenvolvimento, dando assim condições para que o educando com necessidades educacionais especiais conclua o curso no ensino superior. Enfim, as ações desenvolvidas pelo NEDESP evidenciam que buscar melhorias para a educação de pessoas com necessidades educacionais especiais é uma luta constante e coletiva.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 02 fev. 2018.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBN**. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Casa Civil, Brasília, DF.

BRASIL. **Lei nº 4.024**, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as diretrizes da educação nacional. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4024.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm)>. Acesso em: 01 fev. 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 10.098**, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2000/lei-10098-19-dezembro-2000-377651-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 09 fev. 2018.

BRASIL. 2013. **Programa Incluir**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/programa-incluir>>. Acesso em: 01 fev. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. 2005. **Reforma universitária**. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/reforma/feito.asp>>. Acesso em: 17 fev. 2018.

CARSTEN, Gilmara. 2011. **A utilização do computador na alfabetização do aluno com deficiência intelectual**. Disponível em: <<http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/33207/GILMARACARSTEN.pdf?squence=>>>. Acesso em: 01 fev. 2018.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2002.

GLAT, R. (Org.). **Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: Ed. Sette Letras, 2007.

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. **Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MIRANDA, Theresinha; DÍAZ, Félix; BORDAS, Miguel; GALVÃO, Nelma. (Orgs.) **Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas**. Salvador: EDUFBA, 2009.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

UNIC/RIO. 2009. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>>. Acesso em 05 dez. 2017.

## **APÊNDICE – MODELO DE ENTREVISTA**

01 – Quem fundou o NEDESP?

02 – O que o Núcleo de Educação Especial faz?

03 – Quais ações realizadas pelo núcleo para os alunos da UEPB?

04 – Qual o trabalho desenvolvido pelo núcleo?

05 – Há quanto tempo você trabalha no NEDESP?

06 – O que o núcleo disponibiliza de material didático e pedagógico?

07 – Atualmente quantos alunos existem com deficiência na UEPB?

08 – Como funciona o Programa de Tutoria Especial?

09 – Como acontece o trabalho dos intérpretes com os alunos surdos?

10 – Os alunos surdos estão em quais cursos?